

Notas teórico-metodológicas em Análise de Discurso Crítica aplicada à Administração Pública: para além da afirmação do óbvio

Jorge Hanai

Resumo

A aplicação do arcabouço teórico-metodológico da Análise de Discurso Crítica tem sido largamente incorporada na explanatória crítica de questões de pesquisa em Administração. Usos lexicais são de interesse da ADC a medida que a linguagem conforma e situa corporalidades no chamado jogo social, produzindo e acentuando diferenças. O objetivo da pesquisa é notificar pesquisadores sobre o fazer da crítica discursiva dessas diferenças. Logo, em atenção aos estudos críticos dos discursos em gestão, detalho cinco eixos possíveis a uma análise organizada: da incorporação da pesquisa documental, da formação do Banco de Discursos ad hoc; da coleta e análise simultânea dos dados; da leitura densa de teorias e da análise qualitativa line by line dos enunciados dos discursos. O ineditismo das notas repousa nos cuidados teóricos e metodológicos que analistas de discursos iniciantes devem tomar quando da construção e análise de excertos do corpus textual. A pesquisa está baseada em experiência docente em componente curricular sobre o método em curso superior.

Resumo expandido

Embora a ADC venha sendo empregada como arcabouço teórico-metodológico nas ciências sociais aplicadas, sua operacionalização tem se dado um tanto quanto confusa (Dunn & Neumann, 2016). A aversão aos manuais positivistas, reforçada por Fairclough (2001, 2016), é sem embargo, fonte da ausência de sistematização dos processos metodológicos quando transplantada da linguística para a administração. A ADC se vale da compreensão de como as ideologias se constituem e operam nos e pelos discursos produzidos em espaços específicos e para além deles, funcionando por meio da conexão de estruturas macro (poder, dominação e desigualdades) e micro (linguagem, discurso, interação verbal e comunicacional) analíticas (Van Dijk, 2015). A ADC apresenta aderência em debates sobre diversas questões da vida social, dentre elas, o controle e a manipulação institucional (Van Dijk, 2015). Utilizar o arcabouço teórico-metodológico da ADC em associado ao que ocorre no campo da percepção dos atores da vida social significa compreender que, ao ser emanado, os discursos humanos são fortemente carregados de sentidos “[...]que os molda e (re)instrumentaliza-os, para ajustá-los a suas necessidades” (Fairclough, 2001, p.75) materiais e sociais (Hanai,

2021). Se há particularizações deste mundo das percepções próprias, localmente articuladas, espessas em sua importância auto atribuída e operadas sob a circunstancialidade tal qual a história de vida do sujeito experiencial, questiono:

como saber o que as pessoas conhecem sobre o mundo e em que medida se pode criticá-las cientificamente?

A ADC está longe de determinismos e fixa suas bases em condições explicativas em como a língua está em (dis)curso (Fairclough, 2001).

De modo mais concreto, se o postulado da governança democrática tem sido ou não descaracterizado por lógicas fisiológicas e anômalas ao funcionamento do Estado republicano, a sua confirmação resulta, na verdade, em constatações triviais assentadas sobremaneira em agendas de pesquisa entre a Ciência Política e a Administração Pública (AP) (Graham, 2018). Afinal, os modos de vida da política e da administração não raramente encontram-se sobrepostos (Fillipin, 2017). A invasão de interesses privados na esfera pública (Habermas, 1989), o balizar discursivo (e por ora, personalizado) de reformas institucionais (Winther & Lindegaard, 2020; Graham, 2018), o agir dos congressistas e burocratas em favor próprio, o negligenciamento das demandas da população decisões polêmicas ou até mesmo em contrário ao julgamento popular (Hanai, 2021), são alguns dos exemplos cabais de aplicação da ADC. Fluxos agindo na formação da agenda-setting são teorizados e suas negociações são analisadas à luz dos discursos firmados como auto interessados, invertidos e alheios a um conjunto de prioridades governamentais definidas em planos de governo. A atuação das burocracias ora são lidas como tortuosas ou virtuosas, ora marcadas pelo embate ou até mesmo por alianças e apoios ideológicos específicos, havendo em sua explanatória, o antagonismo já superado entre Administração e Política (Fillipin, 2017). Se por um lado, todas essas constatações nos informam problematizações não datadas tampouco dissolvidas com os mais modernos avanços das ciências administrativas, jurídicas e econômicas, por outro, questiona-se, na presença delas, até que ponto reafirma-las –ainda que em contextos e manifestações distintas– engendra análises “more of same” ou inéditas na pesquisa em AP. Como podemos explicitar a sua emergencialidade e relevância para a AP por meio da Análise de Discurso Crítica (ADC)? Nesse sentido, em que os discursos importam para a AP?

Desvelar os abusos de poder, as diferentes formas de dominação e as desigualdades

sociais são seguramente as preocupações centrais de analistas do discurso movidos pelo fazer da crítica a despeito das práticas organizacionais e

institucionais da AP. Afinal, como poderia o Estado funcionar e se organizar em torno de práticas (assumindo-as como dadas e certas) que fomentam as desigualdades. Seria no mínimo um contra senso, haja visto que o papel do Estado no combate às desigualdades é central. No entanto, esses são esforços analíticos situados no nível macro da ADC, havendo já por outro, no nível micro, a importância de apontar para o uso da linguagem, dos discursos e dos processos interacionais verbais e comunicativos na conformação dessas práticas (Van Dijk, 2015), que conforme argumento, têm sido incipientemente explorados.

São muitos os estudos em AP que se apropriam dos moldes analíticos-discursivos de Fairclough (2001) e Van Dijk (2015) e seus seguidores – ambos autores expoentes do arcabouço teórico-metodológico da ADC– (Filho, 2011; Souza, Alcântara, & Pereira, 2018; Jane Mulderrig, 2017; Jensen, Hazelton, & Wellman, 2020; Tracy Smith-Carrier, 2021) e que são impelidos por práticas de pesquisa que se assentam inevitavelmente no campo multidisciplinar. Embora não exclusivo, o confronto teórico com teorias de médio alcance da Ciência Política e a explanatória sobre mudanças institucionais sob a perspectiva discursiva (vide o Institucionalismo Discursivo de Vivien Schmidt, por exemplo) apresentam-se como exemplos clássicos dessa multidisciplinaridade que depositam nos discursos, status de variável. Logo, é real a profusa formação de agendas de pesquisa entre essas duas áreas (Amorim-Neto & Rodriguez, 2016). No entanto, para além do caráter multidisciplinar, há aperfeiçoamentos de ordem metodológica que, se observados, fortaleceriam a aplicação da ADC em AP de modo a afastar também a afirmação do óbvio. Se Bennett e Checkel se preocupam com a redução de potenciais erros inferenciais quando da aplicação do process tracing (Bennett & Checkel, 2015; Venesson, 2008) em AP e sua decorrente análise qualitativa dos dados, com a aplicação da ADC, em termos semelhantes, tais preocupações tornam-se inafastáveis. Isso porque argumento ao longo da pesquisa que a "ADC bem feita" não está isenta dos preceitos do process tracing de recorrer à: i) pesquisa documental; iii) da formação do Banco de Discursos ad hoc; ii) da coleta e análise simultânea dos dados;; iv) da leitura densa de teorias e; v) especialmente da análise qualitativa line by line dos enunciados dos discursos. Como fazer tudo isso? Aqui está uma discussão da qual organizo, cuja versão

detalhada das notas qualificadoras à ADC podem ser conferidas no trabalho em sua versão completa.

Referências

Amorim Neto, O., & Rodriguez, J. C. C. (2016). O novo método histórico-comparativo e seus aportes à ciência política e à administração pública. *Revista De Administração Pública*, 50(6), 1003-1027.

Bennett, A & Checkel, J.T. (2015). Process tracing: from philosophical roots to best practices. In: Bennett, A & Checkel, J.T. (Eds.). *Process tracing. From Metaphor to Analytic Tool*. Cambridge: Cambridge University Press.

Dunn, K., & Neumann, I. (2016). *Undertaking Discourse Analysis for Social Research*. ANN ARBOR: University of Michigan Press.

Fairclough, N. (2001). Critical Discourse Analysis as a Method in Social Scientific Research, In: *Methods of Critical Discourse Analysis: SAGE books*, 121-138.

Fairclough, N. (2016). *Discurso e Mudança Social*. Edição: 2a ed. [s.l.]: Editora UnB.

Fillipin, M. (2017). *Administração e política: que relação é esta?* (Tese de Doutorado) Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 156p.

Filho, D. (2011). Poder simbólico no reajuste tarifário do transporte metropolitano de passageiros de Porto Alegre na crise de 2004. *R. De Administração Pública*, 45(3), p.643-668.

Graham, P. (2018). Ethics in critical discourse analysis. *Critical Discourse Studies*, 15(2), 186–203.

Hanai, J. (2021). *Controle externo do Poder Legislativo sobre o Judiciário: um estudo crítico-discursivo dos salários dos juízes-ministros do STF*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Viçosa, MG: Brasil.

Jane Mulderrig (2017) Reframing obesity: a critical discourse analysis of the UK's first social marketing campaign, *Critical Policy Studies*, 11:4, 455-476.

Jensen, C., Hazelton, J. K., & Wellman, G. (2020). Finding “Improvement” in the Language Transportation Planners Use: A Critical Discourse Analysis to Illustrate an AutomobileCentric Bias in Transportation Policymaking. *Public Works Management & Policy*, 25(2), 167–188.

Souza, R. B. de, Alcântara, V. de C., & Pereira, J. R. (2018). Pesquisando esferas públicas (seletiva e subalternas): contribuições da análise crítica de gêneros. *Revista De Administração Pública*, 52(3), 435-450.

Van Dijk, T. (2015) Critical Discourse Analysis. In: *Handbook of Discourse Analysis*, second edition. Edited by Deborah Tannen, Heidi E. Hamilton, and Deborah Schiffrin. c.22, 466- 485.

Winther, B. Z., & Lindegaard, L. B. (2021). In the name of democracy: UNSC reform at the intersection of discourse and governmentality. *Discourse & Society*, 32(2), 231–253.